

PLANEJAMENTO E PROGRAMAS EDUCACIONAIS: FERRAMENTAS INERENTES AO CONTEXTO ESCOLAR

Monaliza Mikaela Carneiro Silva (UFCG)

Paulo Ricardo Soares Pereira (UFCG)

Thayse Kelly Barbosa da Silva (UFCG)

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Márcia Candeia Rodrigues (UFCG)

INTRODUÇÃO

Com certeza, já ouvimos a célebre afirmação: A escola é o alicerce de formação do cidadão. É irrefutável e necessário pensar a escola enquanto uma “comunidade” que tem influência direta e não somente em seu interior, na vida pessoal, social e profissional do aluno e em seu convívio familiar.

Perante os mais diversos avanços e realidades apresentadas ao longo dos últimos anos, em nosso país, é cada vez mais comum – na esfera educacional – a discussão de novas propostas organizacionais, de modo a (re)avaliar as atividades de gestão e estratégia educacional. No cerne deste debate, destacam-se essencialmente, o *planejamento educacional* e as *políticas públicas educacionais* – ações e programas – no ambiente escolar.

Nesse sentido, de modo a conhecer e identificar – na prática – como se configuram e se executam o planejamento educacional e os programas governamentais no cenário escolar, realizamos em uma escola pública, situada no município de Campina Grande - PB, uma entrevista com funcionários de diferentes setores – direção, administração e corpo docente, respectivamente. Os entrevistados foram: o diretor, o chefe administrativo e um professor de Língua Portuguesa.

Através desta pesquisa, objetivamos fundamentalmente, reconhecer e descrever o(s) tipo(s) e os níveis de planejamento realizado(s) na escola; verificar qual (is) programa(s) governamental (is) orienta(m) e/ou exerce(m) influência sobre o planejamento da escola, das disciplinas e/ou das aulas; conhecer e analisar os critérios que orientam o estabelecimento de objetivos de ensino-aprendizagem, a seleção de conteúdos e como é avaliada a ação educativa.

Em função da brevidade da entrevista buscamos ao máximo, questionar os entrevistados sem nos distanciar dos nossos objetivos, reproduzindo perguntas como: *A escola tem um planejamento? Como a escola planeja suas ações? Os professores seguem este*

planejamento ou o fazem de maneira independente? Quais os programas governamentais executados pela escola? A cada resposta dada, fazíamos anotações, de maneira a registrá-las, como também, para servir de orientação para a produção desta pesquisa. Logo, todas as informações aqui prestadas, são oriundas de conversa com os funcionários da escola.

Além desta introdução, este trabalho encontra-se segmentado em outras partes, a saber: a *apresentação da escola* – destaque dos elementos administrativos e pedagógicos; *planejamentos realizados na escola* – os tipos e níveis de planejamento realizados; seguido da descrição dos *programas governamentais implementados*, tendo como aportes teóricos Menegolla & Sant’Anna (2010), Bazzo (2000) e Fusari (1989), além das Diretrizes Operacionais (2012), concluindo com algumas considerações finais.

Ao término da “entrevista”, os funcionários comprometeram-se em nos fornecer alguma documentação – P.P.P.; relatórios; planos de disciplina, por exemplo – tanto para corroborar as informações relatadas, quanto para de algum modo, nos possibilitar diferentes fontes de análise, porém, até a conclusão deste trabalho, nenhum material nos foi enviado. Desta maneira, todas as informações expostas no decorrer desta pesquisa sobre o planejamento da escola são resultados de fontes meramente orais, sem quaisquer comprovações documentais – escritas e/ou gravadas, o que com certeza, de maneira nenhuma, invalida ou torna imprópria a descrição e a análise dos dados coletados.

APRESENTAÇÃO DA ESCOLA...

Localizada em bairro da periferia deste município, a escola pública – rede estadual – visitada tem seu horário de funcionamento disposto nos três turnos para um total de aproximadamente 1.500 alunos distribuídos entre os ensinos fundamental, médio e E.J.A. (Educação de Jovens e Adultos).

A escola observada conta com um orientador pedagógico, para a elaboração de projetos escolares (plano de aulas, mostra pedagógica, entre outros) e outras atividades pertinentes à relação aluno-pais-ensino (reuniões sobre rendimento escolar, entre outros).

Partindo para o setor de recursos humanos, a equipe administrativa dispõe de um modo geral, de secretários destinados a organização e processamento de todo material necessário para o controle escolar. A equipe pedagógica é estruturada basicamente a partir do S.O.E.

(Serviço de Orientação Educacional), no qual, tem o intuito de desenvolver programas educativos nos diferentes segmentos, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

No que se refere aos professores de línguas, existem em torno de 10 professores distribuídos para o ensino de língua materna e estrangeira (inglês e espanhol) nos três turnos de funcionamento.

No tocante à administração e direção geral da escola, nos foi informado que esta escola possui 01 (um) gestor geral (denominação pronunciada pelo entrevistado – *o chefe administrativo* – neste caso, o próprio gestor geral) e 02 (dois) gestores adjuntos (*diretores*). O gestor geral é o responsável por todo o funcionamento da escola, desde providências administrativas até assuntos pedagógicos, tendo este, no início de cada ano, que assinar um *Termo de Compromisso* no qual, se responsabiliza por seguir todas as normas e procedimentos estipulados segundo *As Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino*.

Tais Diretrizes foram formuladas em consonância com os projetos de cada uma das Gerências da Secretaria de Estado da Educação e, mais do que isso, em diálogo com toda a rede estadual (...) as Orientações sobre o funcionamento das nossas escolas estão divididas em sete tópicos que vão da área administrativa à área pedagógica, passando pela organização da educação básica, pelas modalidades e pelas ações de transversalidade e, especialmente, sobre os numerosos programas, cursos, projetos e planos. (DIRETRIZES, 2012, p. 05).

Formulado anualmente, a cartilha com as Diretrizes Operacionais apresenta todas as instruções/diretrizes para a gestão de pessoal para o respectivo ano letivo. Nele estão disponíveis alguns dos balizamentos principais para as ações escolares que envolvem, diretamente, as pessoas – alunos, professores, diretores, pessoal de apoio – que farão acontecer o cotidiano de cada escola e de cada atividade educativa.

Art. 1º - Os Demonstrativos de Docentes e de Pessoal Técnico, Administrativo e de Apoio das Escolas deverão ser atualizados pelo Diretor da Escola e cadastrados no Sistema de Acompanhamento de Pessoal – SAP pelos técnicos da Gerência Regional de Educação, tendo como responsáveis o Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo e o Gerente Regional. (DIRETRIZES, 2012, p. 07).

Numa breve apresentação da escola, percebemos claramente que a escola segue a orientação dada pela Lei ou pelos sistemas governamentais, com a finalidade – pelo menos é o que se demonstra – de atender às necessidades da comunidade e, sobretudo às

necessidades do aluno. Logo, a partir deste dado, já podemos refletir até que ponto está a liberdade de escolha, de planejar da(s) escola(s), uma vez que, seguindo regras “modelo”/ “homogêneas”, como esta(s) funciona(rão), quando consideramos as diferentes realidades socioeducativas?

PLANEJAMENTOS REALIZADOS NA ESCOLA...

O planejamento escolar deve ser realizado observando algumas especificidades, seja relacionado à instituição ou ao seu público. De acordo com Menegolla (2010), o planejamento escolar deve comportar o planejamento dos variados “setores” que compõe a instituição, tais como direção, psicólogos, coordenação, corpo docente, dentre outros. A instituição de ensino deve pensar e/ou elaborar seu planejamento concernente com a realidade de cada escola.

O planejamento faz parte de um processo constante por meio do qual a preparação, a realização e o acompanhamento estão intimamente ligados, no qual, o educador e escola selecionam e organizam os conteúdos necessários para dar conta dos objetivos educativos em acordo com as mais variadas formas de planejamento.

O planejamento é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas na sua organização e coordenação, em face aos objetivos propostos, quanto na sua previsão e adequação no decorrer do processo de ensino aprendizagem. (...) Planejar é tomar decisões nem sempre infalíveis. Neste contexto, o planejamento sempre está em processo, em evolução no decorrer do ano letivo. Toda a comunidade escolar necessita integrar-se ao Planejamento da Escola, objetivando resultados positivos no sistema de ensino e aprendizagem do educando. (DIRETRIZES, 2012, p.13).

Percebemos então, quando se refere ao planejamento e à realização do trabalho escolar e docente, que estes são, frequentemente, administrados mesmo que em diferentes “níveis”, segundo um quadro legal, bastante preciso de convenções coletivas firmadas entre professores, diretores, associações e/ou autoridades públicas.

Quando nos referimos a diferentes “níveis”, chamamos a atenção, ao fato de que, por exemplo, na instituição na qual fizemos esta pesquisa, em especial quando conversávamos com o professor, este relatou que, mesmo tendo como livro-base - *Português com Texto Integração e Sentido* da editora Moderna - adotado para as turmas de ensino médio e repassado pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), os professores de língua portuguesa

ao se reunirem e debaterem sobre a organização do conteúdo a ser trabalhado durante o ano, ficam “livres” para organizar o plano de conteúdo da disciplina, ou seja, não são “pressionados” ou “obrigados” a seguir livros ou programas curriculares preestabelecidos, seja por órgãos públicos, seja pela própria direção da escola.

A partir disso, podemos inferir que, certa independência de planejamento produziria um “descompasso” com outras temáticas disciplinares e até escolares, porém, de acordo com o próprio professor entrevistado, isto não acontece, uma vez que, quando, ocorrem principalmente ações/campanhas/temáticas educativas propostas pela própria escola, há uma interação interdisciplinar que se reproduz nos textos, discussões e avaliações trabalhados em sala de aula.

Destacamos que o planejamento de ensino e o plano de aulas apesar de serem termos que mantêm uma relação bem próxima, de complementaridade e interdependência, não devem ser concebidos do mesmo modo, como alguns professores propõem.

O planejamento do ensino é o processo que envolve a atuação concreta dos educadores no cotidiano do seu trabalho pedagógico, envolvendo todas as suas ações e situações, o tempo todo, envolvendo a permanente interação entre os educadores e entre os próprios educandos, já o plano de ensino é um momento de documentação do processo educacional escolar como um todo. Plano de ensino é, pois, um documento elaborado pelo(s) docente(s), contendo a(s) sua(s) proposta(s) de trabalho, numa área e/ou disciplina específica. Pensar e planejar são ações que ocorrem simultaneamente. Desse modo, o trabalho do professor é tão importante e complexo que não pode ser improvisado, no qual, cada educador, conhecendo os alunos que trabalhará, deve saber o que vai ensinar, para quê e como fará isso no decorrer do trabalho educativo. Assim também, a escola como um todo, a partir das diretrizes gerais, define-se estabelecendo ações e prioridades. (FUSARI, 1989, p.10).

De modo geral, o ato de planejar – revisões, ações, objetivos e metas – feito pela escola em questão é pensado, ou pelo menos é o que se pretende, segundo *As Diretrizes Operacionais*, implementado obviamente, a partir da orientação do gestor geral com apoio dos gestores adjuntos.

A escola deverá realizar o planejamento coletivo, envolvendo os profissionais dos turnos diurno e noturno. Na oportunidade, deverão ser analisados os índices de desempenho dos educandos (aprovação, reprovação, evasão e abandono), constantes no Relatório Final do Ano Letivo da escola (DIRETRIZES, 2012, p.13).

Segundo os entrevistados, a escola realmente segue e propõe várias “etapas” para um planejamento – educacional, escolar, disciplinar. Basicamente, são realizadas reuniões ao

final e início de cada ano letivo, nas quais: os professores são responsáveis por apresentar em valores numéricos o quantitativo de alunos aprovados e reprovados nas respectivas disciplinas; discutem-se as urgências detectadas na escola, os resultados alcançados, as metas e os objetivos para o ano letivo, o futuro dos alunos reprovados, como serão organizadas as próximas matrículas e vagas disponibilizadas, os horários das aulas, entre outros. Ressaltamos que, tanto estas reuniões como qualquer outro encontro que tem o intuito de abordar temas relacionados à escola, são concebidas de modo coletivo – direção, professores, primordialmente – e podem/devem ocorrer, como bem destacaram os entrevistados, sempre que se julgar necessário, para a discussão/divulgação dos mais variados assuntos, ações educativas, comunicados extraordinários, por exemplo.

Neste sentido, entendemos que o trabalho planejado e realizado, não somente por esta escola visitada, mas como por toda instituição educativa e pelo professor, depende de fatores referentes à educação de um modo geral e àqueles que se realizam no espaço da sala de aula. Logo, é indispensável compreendermos que o planejamento deve ser feito com a finalidade de garantir a funcionalidade e a eficácia das ações planejadas, buscando assim, uma aprendizagem garantida por meio de um ensino produtivo.

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS QUE ORIENTAM OU EXERCEM INFLUÊNCIA SOBRE O PLANEJAMENTO DA ESCOLA, DAS DISCIPLINAS E/OU DAS AULAS...

É máxima presente no cenário educacional, por meio das diversas esferas governamentais – municipal, estadual e federal – e não governamentais, a frequente implementação de programas e ações educacionais. Em um novo padrão de gestão, a política educacional foca no desenvolvimento de padrões de gestão centrados na escola e a implementação de sistemas de monitoramento e acompanhamento sistemáticos da qualidade e do desempenho escolar.

Assim, surgem as políticas públicas educacionais na tentativa de ampliar o aprendizado aos estudantes além de minimizar o déficit educacional no Brasil, o combate ao analfabetismo, por exemplo. Ponto efetivo de aplicação dessas políticas, a escola passa a planejar sua ação levando em consideração também, a participação nos programas educacionais. Isso nos leva a confirmar o que Menegolla (2010) destaca em seu texto, quando expõe que o planejamento escolar deve seguir, adotar ou orientar-se por meio de

“mecanismos” que servem de subsídios para auxiliar no planejamento. Neste caso, o que tratamos por “mecanismos” seriam os próprios programas e ações educacionais.

Durante a visita à escola, o gestor nos relatou, mesmo que em linhas gerais, sobre os programas – governamentais – que estão em execução, tais como: *Prova Brasil*, *Mais Educação*, *PNDDE*, *PNLD*, *PNBE*, *EJA*, *IDEB*, *PROINFO* e *PNAE*. Apresentaremos a seguir, algumas características básicas de cada programa – tempo de atuação na escola, principais objetivos, entre outros – segundo as descrições do próprio gestor e a partir de informações disponibilizadas pelo *M.E.C.* (www.mec.gov.br) e pelas próprias *Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino*.

- Prova Brasil

Uma das avaliações oficiais do M.E.C., a *Prova Brasil afere os conhecimentos dos educandos do 5º e 9º anos em Língua Portuguesa e Matemática, a cada biênio. O SAEB avalia, por amostragem, os conhecimentos dos educandos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, nas mesmas disciplinas e em todas as redes de ensino.* (DIRETRIZES, 2012, p.20).

A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

Nos testes aplicados na quarta e oitava séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental e na terceira série do ensino médio, os estudantes respondem a itens (questões) de língua portuguesa, com foco em leitura, e matemática, com foco na resolução de problemas. No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho. (MEC, 2013).

- Mais Educação

Estando em vigor na escola desde setembro de 2012, *O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal*

fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. (MEC, 2013).

Objetivos: Ampliar a jornada do educando, no sentido de oportunizar uma aprendizagem efetiva e eficaz; Garantir a formação básica, de forma que venha assegurar o conhecimento teórico-prático necessário ao desenvolvimento das potencialidades do cidadão. Desenvolver atitudes, competências e habilidades necessárias à participação cidadã. (DIRETRIZES, 2012, p.26).

- PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola)

O PDDE consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse. (MEC, 2013).

As escolas públicas com mais de 50 educandos devem possuir, obrigatoriamente, Conselhos Escolares (Unidades Executoras) para receber recursos diretamente do FNDE. Nas escolas com até 50 educandos, a criação de Unidade Executora é facultativa, havendo a possibilidade do repasse do recurso ser feito por meio da Entidade Executora - Secretaria de Estado da Educação. (DIRETRIZES, 2012, p.28-29).

De acordo com o gestor, a própria escola elabora um “projeto”, no qual constam as principais urgências financeiras, que será respectivamente avaliado e quiçá atendido.

-PNLD (Programa Nacional do Livro Didático)

O PNLD envia novos livros didáticos – coleções – às escolas a cada 3 anos, o último envio para a escola visitada ocorreu no ano de 2011, conseqüentemente, os livros estarão sendo utilizados até o ano de 2014.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de

livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico.

O programa é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos nos anos subsequentes. (MEC, 2013).

-PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola)

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997, tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. O atendimento é feito em anos alternados: em um ano são contempladas as escolas de educação infantil, de ensino fundamental (anos iniciais) e de educação de jovens e adultos. Já no ano seguinte são atendidas as escolas de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio. Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar. (MEC, 2013).

- EJA (Educação de Jovens e Adultos)

Na escola que visitamos, o EJA acontece nos três turnos de funcionamento da instituição.

A Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Ensino é destinada a pessoas que não puderam ter acesso ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio em idade própria, ou não tiveram a possibilidade de continuar os seus estudos em tempo hábil. A Secretaria da Educação, por intermédio da Gerência Executiva da Educação de Jovens e Adultos (GEEJA), oferece Cursos Presenciais, Semipresenciais e Exames Supletivos. (DIRETRIZES, 2012, p.16).

- IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB é um indicador de qualidade educacional que leva em consideração dois fatores: Rendimento Escolar (aprovação,

reprovação e abandono) e o Desempenho nas Avaliações Oficiais: Prova Brasil e SAEB. (DIRETRIZES, 2012, p.20-21).

O Ideb foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do Inep e em taxas de aprovação. Assim, para que o Ideb de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula.

Para que pais e responsáveis acompanhem o desempenho da escola de seus filhos, basta verificar o Ideb da instituição, que é apresentado numa escala de zero a dez. Da mesma forma, gestores acompanham o trabalho das secretarias municipais e estaduais pela melhoria da educação.

O índice é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota 6 em 2022 – correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos. (MEC, 2013).

Abaixo, segue os últimos indicadores de qualidade da educação da escola visitada:

Escola	Ideb Observado		
	2007	2009	2011
EEEFM “x”	2.7	2.7	3.2

Tabela 1- Fonte: I.N.E.P.- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

- PROINFO (Programa Nacional de Tecnologia Educacional).

PROINFO - Programa do Governo Federal em Parceria com a Secretaria de Estado da Educação, este programa encontra-se inserido dentro do PROTED (Programa das Tecnologias Educacionais) e visa atender as escolas de educação básica mediante à distribuição de laboratórios de informática, o que é feito por meio de uma pré-seleção com base em dados sobre as escolas informados através do censo escolar. (DIRETRIZES, 2012, p.20-21).

É um programa educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias. (MEC, 2013).

- PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conhecido como Merenda Escolar, consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. (MEC, 2013).

Todas as escolas da rede estadual deverão adquirir os gêneros alimentícios por meio de procedimento licitatório, obedecendo ao que dispõem a Lei 8.666/93 e 11.947/2009 e Resoluções do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AGRICULTURA FAMILIAR e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. (Art. 14 da Lei nº 11.947/2009) (DIRETRIZES, 2012, p.29-30).

De acordo com a gestora da escola, realmente, todos os gêneros alimentícios são adquiridos por meio de licitações enviadas pelas empresas interessadas.

A partir das informações dos diferentes programas governamentais descritos, percebemos claramente, o quanto estes norteiam um objetivo em comum: aprimorar a qualidade da educação no país e a reduzir as desigualdades socioeducacionais. Sabendo apenas, que estes, são executados na escola, e não tendo acesso mais detalhado sobre seus respectivos funcionamentos e principalmente, os seus resultados, esperamos que estes programas realizados na escola, não se tornem “mecanismos” meramente representativos e estatísticos do que se pensa como educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentadas algumas características básicas da escola, verificamos que a mesma dispõe ou pelo menos demonstra ter elementos – administrativos, pedagógicos, projetos e ações educativas – fundamentais quando se pensa em uma gestão educacional eficiente e num espaço escolar interdisciplinar. Porém, para que os resultados sejam positivos,

compreendemos e avaliamos que toda a comunidade escolar – direção, professores, alunos e pais – precisa integrar-se no processo educacional, tendo como aliado essencial nessa conexão, o planejamento.

É por meio do planejamento que antevemos ações docentes focadas para a problemática social, econômica, política e cultural que envolve toda a escola, ao tempo que aproximamos a realidade existente da realidade desejada.

Por fim, destacamos a necessidade de se compreender o funcionamento do sistema de ensino nos seus diferentes níveis, estando atento às diferentes estratégias e diretrizes educacionais. O uso adequado destas estratégias em um planejamento real e bem estruturado torna-se um auxílio de grande importância no desenvolvimento de um ensino-aprendizagem competente, funcional e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BAZZO, V. L. *Para onde vão as licenciaturas? A formação de professores e as políticas públicas*. Educação, Santa Maria, RS, v. 25, n. 1, 2000.

BRASIL. Padrões Mínimos de Qualidade do Ambiente Escolar, Fundo de Fortalecimento da Escola FUNDESCOLA / MEC.2006.

FUSARI, J. C. *O planejamento da educação escolar: subsídios para ação-reflexão-ação*. São Paulo, SE/COGESP, 1989.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. *Por que planejar? Como planejar? Currículo – Área – Aula*. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Parte I. pp. 11-94.

BRASIL, MEC, disponível em <www.mec.gov.br>. *Ministério da Educação e Cultura*.

DIRETRIZES OPERACIONAIS, disponível em <<http://Diretrizes-Operacionais-para-o-funcionamento-das-escolas-da-rede-estadual-de-ensino.pdf>>. *As Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino*.

INEP, disponível em <<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>>. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*.